

## PODER

## Caso do RJ expõe racha no STF

Ministros que integram TSE incomodam-se com possibilidade de decisão da Corte ser revista. Dino paralisa julgamento, que está 4 x 1

» IAGO MAC CORD  
» FABIO GRECCHI

Fotos: Rosinei Coutinho/STF



**Não houve provas nem tenho um quadro que possa considerar que houve a renúncia [do ex-governador Cláudio Castro] como fraude"**

**Ministra Cármen Lúcia**



**Seria inconcebível que, em um espaço de menos de seis meses, a população fluminense fosse convocada para duas eleições com enorme custo financeiro"**

**Ministro Luiz Fux**

O julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a eleição que definirá quem assume o governo do Estado do Rio de Janeiro, e conclui o atual mandato, expôs uma profunda divergência entre os ministros da Corte. De um lado, aqueles que integram o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) — Cármen Lúcia, Nunes Marques e André Mendonça —, que acompanharam o voto de Luiz Fux pela eleição indireta com voto secreto. Do outro, por enquanto somente Cristiano Zanin, que defendeu um novo pleito direto, mesmo que a poucos meses do que haverá em outubro, que escolherá o novo governador. O julgamento foi suspenso pelo pedido de vista do ministro Flávio Dino.

As discussões chegaram ao STF por meio de ações apresentadas pelo PSD, partido de Eduardo Paes, ex-prefeito da capital fluminense e pré-candidato ao Palácio Guanabara. Os ministros que integram o TSE adiantaram seus votos — o placar está em 4 x 1 —, apesar da argumentação de Dino de aguardar a publicação do acórdão do TSE sobre a decisão relacionada à condenação do ex-governador Cláudio Castro. Ele está inelegível até 2030, apesar de ter renunciado ao governo um dia antes da finalização do julgamento no tribunal eleitoral.

O mal-estar ficou explícito pela postura da ala de ministros que integra o TSE contra a judicialização do caso no Supremo, que consideraram precoce. Cármen, que também preside o tribunal eleitoral, classificou a reclamação como incabível por basear-se apenas em uma certidão administrativa.

"A jurisprudência deste Supremo é sólida no sentido de ser incabível reclamação contra ato administrativo. (...) Não houve provas nem tenho um quadro que possa considerar que houve a renúncia como fraude", destacou. A crítica da ministra foi na direção do voto de Zanin, que considerou a saída antecipada de Cláudio Castro uma manobra para escapar à inelegibilidade por abuso de poder político e econômico na eleição de 2022.

Mendonça acompanhou a crítica, afirmando que há uma tentativa do STF de deslegitimar as atribuições do TSE. Futuro presidente da Corte eleitoral, Nunes Marques reforçou que o Supremo não deve atuar como instância revisora de fatos analisados pelo tribunal que rege as eleições.

"Não compete ao Supremo Tribunal Federal substituir o juízo da Corte Eleitoral no que tange à matéria fática, sob pena de transbordar-se a via reclamatória em sucedâneo recursal", advertiu.

## Linha sucessória

Cármen, Mendonça, Nunes Marques e Fux rejeitam a tese de que a saída Cláudio Castro foi uma manobra para forçar uma eleição indireta. Isso porque, na ausência do ex-governador e do vice — Thiago Pampolha deixou o cargo em 21 de maio de 2025 para assumir uma das cadeiras do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ) —, deveria assumir o Palácio Guanabara o presidente da Assembleia Legislativa. Porém, o ex-deputado estadual Rodrigo Bacellar perdeu o mandato e

foi preso por suposta conexão com o Comando Vermelho.

A Alerj fez, então, nova eleição e escolheu Douglas Ruas para presidir. Porém o pleito foi anulado por ter sido considerado irregular. Bacellar e Ruas são aliados de Castro. Por enquanto, o governador fluminense é o desembargador Ricardo Couto de Castro, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio (TJ-RJ).

Os quatro ministros pontuaram que a desincompatibilização de Cláudio Castro não diferiu de outras ocorridas à mesma

época — como a do ex-governador de Minas Gerais, Romeu Zema, e o ex-ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O custo de uma eleição direta suplementar, estimado em R\$ 100 milhões, também pesou na decisão. O ministro Fux destacou a inviabilidade de dois pleitos em um curto intervalo de tempo. "Seria inconcebível que, em um espaço de menos de seis meses, a população fluminense fosse convocada para duas eleições com enorme custo financeiro para a Justiça Eleitoral", salientou.

Por sua vez, a ala de ministros que deve acompanhar Zanin tentou não atropelar a decisão do TSE. Argumentam que a situação do Rio de Janeiro é excepcional e inédita, sobretudo por causa da presença do crime organizado na administração pública e na política fluminense. Para sustentar tal ponto de vista, o decano Gilmar Mendes garantiu ter escutado de um diretor da Polícia Federal (PF) que entre 32 e 34 parlamentares dos 70 de compõem o quadro de deputados estaduais recebiam mesadas do jogo do bicho.

## Cármen antecipa passagem de cargo

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, anunciou ontem a antecipação da sucessão na presidência da Corte. A eleição para referendar os novos dirigentes — ministros Kassio Nunes Marques na presidência e André Mendonça como vice, pelo princípio de antiguidade — será em 14 de abril.

Segundo a ministra, o objetivo é garantir uma transição administrativa estável e sem "atropelos" para a organização das eleições de outubro, permitindo que a nova gestão nomeie equipes e assessores com antecedência. "Eu teria até o dia 3 de junho para honrosamente continuar presidente deste TSE. E, ao ministro Kassio Nunes Marques, sucessor natural da cadeira, e juntamente com o ministro André Mendonça, sobriam pouco mais de 100 dias para o desempenho na direção das eleições até 4 de outubro de 2026. Por isso, decidi que, ao invés de deixar para o último dia de mandato a sucessão na presidência deste tribunal, decidi (antecipar) o procedimento para a eleição dos novos dirigentes da Casa e o processo de transição para o equilíbrio e a calma aos que dirigirão a Justiça Eleitoral brasileira e conduzirão o processo de outubro de 2026", frisou.

A posse dos sucessores será em maio. Cármen justificou a decisão se baseando no interesse público e na eficiência administrativa. "Pela minha parte, que não me apego a cargos, tenho enorme trabalho a realizar a acumulação de dois cargos, especialmente na função da presidência, tendo presidido eleições em 2024. Há sempre esse

tempo dividido entre os dois gabinetes", destacou.

O TSE é formado por sete juízes: três integrantes do STF, dois membros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e dois juristas da classe dos advogados. A presidência e vice do colegiado são ocupadas somente pelos ministros do Supremo. Assim como ocorre no STF, os postos são ocupados de maneira rotativa.

Indicados por Bolsonaro  
Será a primeira vez que dois ministros indicados ao STF pelo ex-presidente Jair Bolsonaro — declarado inelegível até 2030 pelo TSE — estarão ao mesmo tempo no comando da Corte. Dias Toffoli passará a integrar o tribunal na terceira vaga destinada ao Supremo.

Comenta-se nos bastidores que Nunes Marques deve assumir a presidência do TSE com a intenção de despolarizar o país. O outro plano é enterrar de vez a desconfiança sobre as urnas eletrônicas. O magistrado leva vantagem nessa missão porque foi indicado pelo próprio Bolsonaro, o grande propagador das mentiras em torno do sistema de votação. A palavra do ministro, portanto, teria peso extra para a direita.

Nunes Marques também quer dar mais publicidade a uma norma já em vigor que obriga a Justiça Eleitoral a publicar na internet o resultado da votação de cada urna no dia da eleição. Com um celular, o eleitor pode comparar os dados enviados ao TSE com o boletim de urna afixado na porta de cada zona eleitoral após o pleito. (IMC com AE)

## COMUNICADO DE RECALL

## DEFENDER



Veículo	Chassis N°	Data inicial e final de fabricação
LAND ROVER DEFENDER	SALEA7BW0T2498585 a SALEA7BWXT2625567 (Chassis não sequenciais)	3/11/2025 a 25/03/2026

A Land Rover Brasil convoca os proprietários dos veículos Land Rover Defender, ano/modelo 2026, com chassis finais **T2498585** a **T2625567** e data de fabricação de 3 de novembro de 2025 a 25 de março de 2026, a entrarem em contato com um concessionário autorizado Land Rover para agendar o serviço gratuito de substituição dos suportes de fixação do cinto ou a remoção do parafuso prisioneiro, bem como a instalação de um novo parafuso equivalente do cinto de segurança da terceira fileira de assentos dos veículos.

**Componente envolvido:** Suportes e parafuso de fixação do cinto de segurança da terceira fileira de assentos.

**Defeito:** Os veículos envolvidos podem apresentar um possível defeito nos parafusos prisioneiros de solda no suporte de fixação do cinto de segurança da terceira fileira de assentos, que apresentam uma especificação incorreta.

**Risco:** Em casos extremos, caso ocorra algum impacto nos veículos envolvidos, o cinto de segurança desses assentos pode não funcionar corretamente, aumentando o risco de lesão para os ocupantes. Portanto, nessas circunstâncias, pode haver aumento do risco de ferimentos aos ocupantes e/ou terceiros, bem como danos à propriedade. Não há relatos de acidentes ou ferimentos relacionados a esse problema dos quais a JLR tenha conhecimento.

Até o momento, nenhum acidente foi registrado no Brasil.

**Solução:** Os concessionários autorizados Land Rover realizarão gratuitamente a substituição dos suportes de fixação do cinto ou a remoção do parafuso prisioneiro, bem como instalarão um novo parafuso equivalente do cinto de segurança da terceira fileira de assentos dos veículos.

O tempo estimado para o reparo é de **aproximadamente 2 horas e 40 minutos**.

**Data de início do atendimento:** 10 de abril de 2026.

**Informações de contato:** Para verificar se o seu veículo está envolvido na presente campanha, entre em contato com o Concessionário Autorizado Land Rover de sua preferência. Para agendar previamente a realização do serviço, utilize o telefone **0800 012 2733** para clientes Land Rover. A ligação é gratuita e o serviço estará disponível de segunda a sexta-feira, das 9h00 às 16h30. Também é possível contatar pelo e-mail **clientelandrover@landrover.com.br**, bem como pela página da marca na internet **www.landrover.com.br** e nas páginas do Facebook e YouTube.

Visando resguardar a segurança e a satisfação de seus consumidores, a Land Rover Brasil adota esta medida e destaca a importância do pronto atendimento a esta convocação.